

**ATA Nº 09/2024**

**Fls 01**

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

**Ata da Oitava Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Antônio Olinto, realizada às dezoito horas do dia Vinte e Quatro de Julho de dois mil e vinte e quatro. Primeiro Período, Quarta Sessão Legislativa. Legislatura 2021/2024. Décima quinta Legislatura.**

**Presidente: JOSÉ JOAREZ IUSVIKI**

**Secretário: MARCO ANTONIO VEIGA**

Com ausência justificada anteriormente dos Vereadores João Issacard, Wilson, e Eliseu, e presença dos demais Vereadores conforme assinatura no livro de presenças, o Presidente declarou aberta a Oitava Sessão Extraordinária da Legislatura 2021/2024. Cumprimentando os Vereadores e ao público presente Em seguida, pronunciou: Senhores Vereadores, está em discussão a Ata da Sessão Extraordinária nº 08/2024. Não havendo manifestações para retificação, a **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº08/2024 foi APROVADA.**

O Presidente, reiterou aos demais Nobres edis que esta Sessão Extraordinária tem como Único objetivo a Deliberação da seguinte matéria em Regime de Urgência:

\* Primeira Deliberação dos Projeto de Lei nº 05/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal que: “EXTINGUE CARGO E VAGAS E CRIA CARGOS E VAGAS, ALTERANDO A LEI MUNICIPAL Nº 510/99 (PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS), S DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. APROVADO em Primeira votação com 05 votos favoráveis e nenhum contrário. De acordo com o Art. 231 do Regimento interno, dispensado o interstício de tempo para votação em segundo turno na mesma Sessão por se tratar de matéria em regime de urgência.

\* Segunda Deliberação do Projeto de Lei nº 05/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal que: “EXTINGUE CARGO E VAGAS E CRIA CARGOS E VAGAS, ALTERANDO A LEI MUNICIPAL Nº 510/99 (PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS), S DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. APROVADO em Segunda votação com 05 votos favoráveis e nenhum contrário. Por se tratar de Pauta Exclusiva de acordo com a Convocação, o Presidente declarou encerrada a 9ª Sessão Extraordinária da Legislatura 2021/2024. Lavrou-se a presente ata que após lida e se aprovada será assinada por quem é de direito.